



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

POLLYANA DE SOUZA BRILHANTE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO OS DOCUMENTOS
NORTEADORES E A REALIDADE DOS CEM DE ARAGUAÍNA**

Araguaína / TO

2022

POLLYANA DE SOUZA BRILHANTE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO OS DOCUMENTOS
NORTEADORES E A REALIDADE DOS CEM DE ARAGUAÍNA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Centro de Ciências Integradas, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro

Araguaína / TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B857e Brilhante, Pollyana de Souza.
 Educação Financeira no Ensino Médio segundo os documentos
 norteadores e a realidade dos CEM de Araguaína. / Pollyana de Souza
 Brilhante. – Araguaína, TO, 2022.
 57 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Araguaína - Curso de Matemática, 2022.
 Orientador: Rogério do Santos Carneiro
1. Educação Financeira Escolar. 2. Centros de Ensino Médio. 3.
 Documentos norteadores da Educação Básica. 4. Educação Financeira. I.
 Título

CDD 510

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

POLLYANA DE SOUZA BRILHANTE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO OS DOCUMENTOS
NORTEADORES E A REALIDADE DOS CEM DE ARAGUAÍNA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, Centro de Ciências Integradas – CCI/Cimba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Aprovada em 13 de dezembro de 2022.

Banca examinadora



Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro
Orientador

Prof.^a Dr.^a Fernanda Vital de Paula
Examinadora



Prof. Dr. Sinval de Oliveira
Examinador

Araguaína / TO

2022

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre me apoiaram para continuar estudando, sem eles eu não estaria aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais Rosimar e Ivonete, e minhas irmãs, Patrícia e Palloma, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao professor Rogerio, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos amigos encontrados no decorrer do curso, Amanda, Kalyta, Fernanda, Daniel, Gustavo, Marcos Danilo, Pedro Henrique, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

A todos os professores que me acompanharam no decorrer do curso, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a Educação Financeira (EF) presente nos documentos norteadores do Ensino Médio e sua inserção nas escolas a partir da perspectiva de professores de Matemática dos Centros de Ensino Médio (CEM) de Araguaína-TO. Pensando que a Educação Financeira Escolar (EFE) objetiva realizar um convite ao desenvolvimento de reflexões críticas sobre elementos relacionados ao consumo consciente, desejos versus necessidade, tomada de decisão, influências da mídia e das propagandas, segundo indicam Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann (2018), nosso propósito foi compreender como os conceitos da EF estão sendo abordados com os alunos do Ensino Médio (EM) nas escolas estaduais do município de Araguaína. Para tanto realizou-se uma revisão bibliográfica e análise documental acerca da EF e como ela está inserida nos documentos oficiais que norteiam o EM, e envio de questionários aos professores de Matemática dos CEM. Por meio da análise realizada, verificou-se que existem nos documentos indicações a respeito da inserção da EF em sala de aula, em especial na documentação estadual e que a inserção dela está sendo realizada, porém de maneira inicial. Foi apontado ainda que falta aos professores um conhecimento mais aprofundado para melhor trabalhar essa temática.

Palavras-chave: Educação Financeira Escolar. Centros de Ensino Médio. Documentos norteadores da Educação Básica.

ABSTRACT

This work presents an analysis of Financial Education (PE) present in the guiding documents of Secondary Education and its insertion in schools from the perspective of Mathematics teachers of the Secondary Education Centers (CEM) of Araguaína-TO. Thinking that School Financial Education (EFE) aims to invite the development of critical reflections on elements related to conscious consumption, desires versus needs, decision-making, media and advertising influences, as indicated by Pessoa, Muniz Jr. and Kistemann (2018), our purpose was to understand how PE concepts are being addressed with high school students (ME) in state schools in the municipality of Araguaína. For that, a bibliographic review and documental analysis about PE and how it is inserted in the official documents that guide the EM were carried out, and questionnaires were sent to the Mathematics teachers of the CEM. Through the analysis carried out, it was verified that there are indications in the documents regarding the insertion of PE in the classroom, especially in the state documentation and that its insertion is being carried out, but in an initial way. It was also pointed out that teachers lack a deeper knowledge to better work on this theme.

Keywords: School Financial Education. Middle School Centers. Basic Education guiding documents.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Sistematização das habilidades e/ou objetos de conhecimento que trazem temas da Educação Financeira no Ensino Médio	30
Quadro 2 - Utilização do DCT no planejamento de aula	42
Quadro 3 - A Educação Financeira incluída nos Centros de Ensino Médio	43
Quadro 4 - Ações para melhorar a inclusão da EF no Ensino Médio	45
Quadro 5 - Comentários dos professores sobre a Educação Financeira	46
Figura 1 – Definição de Educação Financeira	38
Figura 2 – Conteúdos e conceitos da Educação Financeira.....	40
Figura 3 – Inclusão da Educação Financeira nos CEM	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1 Educação Financeira presente nas legislações nacionais e estaduais	14
2.2 Constituição teórica da Educação Financeira	15
2.3 O endividamento e o planejamento financeiro	17
2.4 O marketing e o consumo	18
2.5 O equilíbrio entre a necessidade e o desejo	20
2.6 Empreendedorismo e Educação Financeira	21
3 ORIENTAÇÕES OFICIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	23
3.1 Educação Financeira Escolar	24
3.2 Educação Financeira nos documentos norteadores da educação	25
4 QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DE MATEMÁTICA.....	36
4.1 Apresentação dos dados obtidos com o questionário	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	52

1 INTRODUÇÃO

A proposta inicial deste trabalho foi compreender o que é a Educação Financeira (EF), a qual é citada na BNCC, verificando se as proposições apresentadas em documentos normativos para o Ensino Médio sobre ela estão sendo postas em prática em escolas estaduais do município de Araguaína.

Por se tratar de um tema atual e pertinente para a formação de professores, visto que a Educação Financeira é apontada pela BNCC como um tema transversal que deve ser trabalhado em sala de aula, surgiu o desejo de compreender como isso tem acontecido. Iniciou-se o trabalho com uma pesquisa bibliográfica na qual busca-se apresentar a distinção entre a Matemática Financeira (MF) e Educação Financeira (EF), a definição desta última e seu papel segundo o ponto de vista de autores como Silva e Powell (2013), Teixeira (2015), Campos, Teixeira e Coutinho (2015) e Pessoa, Muniz Jr e Kistemann (2018), explicitando ainda a importância de se trabalhar a Educação Financeira Escolar, motivo pela qual foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

Em um segundo momento optou-se pela aplicação de um questionário aos professores de Matemática dos Centros de Ensino Médio (CEM) do município de Araguaína, sendo eles: o CEM Paulo Freire, CEM Castelo Branco e CEM Benjamim José de Almeida. A escolha foi feita para restringir nosso estudo às Instituições de Ensino exclusivamente voltadas ao Ensino Médio. Vale salientar que as três escolas em questão possuem em seu corpo docente professores que são ex-alunos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o que facilita o diálogo com as próprias escolas e a adesão ao questionário por parte dos professores. Por meio do questionário buscou-se compreender como a Educação Financeira está sendo implementada no decorrer dos anos de Ensino Médio, verificar o conhecimento que os professores têm a respeito e como eles estão lidando com o tema em suas aulas.

A ideia para a realização desta pesquisa surgiu durante as primeiras aulas da disciplina de Matemática Comercial e Financeira, na qual fez-se algumas discussões iniciais sobre o tema e sobre a importância do mesmo. Por não ter conhecimento prévio a respeito da Educação Financeira (EF) o tema despertou interesse e curiosidade a respeito do que ela é e como está sendo desenvolvida na Educação Básica hoje.

Sabe-se, segundo Silva (2014) que a EF tem grande impacto na tomada de decisões dos indivíduos, sendo um fator determinante para um bom gerenciamento de sua vida financeira: evitando a aquisição de dívidas, contribuindo para um consumo mais racional e consciente,

tendo um posicionamento crítico sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. Consequentemente, ela contribui para o melhor funcionamento da economia do país, por isso deve ser uma preocupação do Estado.

Considerando isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) publicada em 2018, incluiu a Educação Financeira entre as temáticas contempladas em habilidades dos componentes curriculares. A BNCC faz uma distinção entre EF e a Matemática Financeira (MF), destacando que a EF tem uma natureza social, política e cultural, em decorrência disso, deve ser abordada no decorrer do Educação Básica, e demanda uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, não restrita às aulas de Matemática.

Nesse sentido, a Educação Financeira Escolar que defendida por Muniz (2016) se volta para as questões de ensino e aprendizagem, especialmente, mas não exclusivamente de Matemática, sem desconsiderar os diversos contextos e comportamentos presentes na sociedade, e afirma que as questões econômicas e financeiras devem estar conectadas às questões de ensino.

Considerando isso o problema que norteia o presente projeto e que procurou-se responder é como os conceitos da Educação Financeira, apresentados nos documentos norteadores da Educação Básica, são desenvolvidos com os alunos do Ensino Médio das escolas estaduais do município de Araguaína?

Alguns questionamentos secundários que buscou-se responder com esta pesquisa são: o que é a EF e porque ela é importante? Quais os benefícios da EF? Quais as proposições dos documentos normativos do Ensino Médio sobre EF e quais as habilidades estão sendo indicadas para se desenvolver?

Assim, o objetivo geral é compreender como os conceitos da Educação Financeira estão sendo abordados com os alunos do Ensino Médio nas escolas estaduais do município de Araguaína. Além disso buscou-se discutir definições sobre a Educação Financeira, sua influência na tomada de decisões, sua relevância no planejamento financeiro e o seu impacto no índice de endividamento, e ainda, analisar os documentos norteadores, verificando quais definições são apresentadas para a Educação Financeira e o seu propósito em ambientes escolares, bem como as orientações para a sua inserção no currículo escolar do Ensino Médio.

Investigou-se por meio de questionário, enviado a professores de Matemática das escolas públicas estaduais de Araguaína, como a Educação Financeira está sendo inserida no currículo escolar e nos planejamentos das atividades desenvolvidas com os alunos matriculados no Ensino Médio. Comparou-se os dados obtidos com o questionário e o que é proposto,

verificando se as orientações presentes nos documentos norteadores estão de acordo com a realidade atual das escolas de Araguaína.

O presente trabalho seguiu uma abordagem qualitativa de pesquisa, a qual não procura quantificar ou medir os eventos estudados, ou analisar os dados obtidos por meio de métodos estatísticos. Sobre as principais características desse tipo de pesquisa Godoy (1995) nos traz que ela:

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (p. 58)

O tipo de pesquisa escolhido foi pesquisa descritiva, seguindo os procedimentos técnicos de levantamento bibliográfico. Severino (2007) define a pesquisa bibliográfica como aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizou-se dos dados trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, sendo que os textos se tornaram fontes do tema pesquisado.

No capítulo 2 incluímos uma revisão de literatura e análise de artigos e documentos acerca da Educação Financeira. A intenção foi compreender como a EF está definida, qual a sua influência na tomada de decisões, sua relevância no planejamento financeiro e o impacto no índice de endividamento.

No capítulo 3 apresentamos e analisamos que elementos da Educação Financeira estão presentes nos documentos norteadores da Educação Básica na etapa do Ensino Médio. Nosso objetivo era verificar e compreender como a EF está sendo indicada, uma vez que são esses documentos que estruturam o que deve ser empreendido em sala de aula.

No capítulo 4 apresentamos e discutimos os resultados obtidos no questionário elaborado sobre a EF destinado a professores de Matemática da rede estadual de ensino (disponível nos Anexos do presente trabalho). O mesmo foi enviado aos professores dos Centros de Ensino Médio do município de Araguaína-TO. Dentre as instituições de ensino existentes foram selecionados os CEM, por sua abrangência exclusiva de público. A respeito dos questionários Severino (2007) vem defini-lo como um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo, em nosso caso, a respeito da Educação Financeira. Ainda segundo Severino (2007):

As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. Além disso, as questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. (p. 125)

O mesmo foi utilizado para realizar uma verificação e compreensão de como os professores concebem a EF, como ela está sendo inserida no currículo escolar e posto em prática nas escolas de Araguaína. Comparou-se as respostas obtidas por meio do questionário com as definições e proposições encontradas através da pesquisa bibliográfica a respeito do tema.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Nas últimas décadas a Educação Financeira (EF) tem despontado como um tema de interesse global dada a sua importância para o desenvolvimento econômico dos países. No Brasil, após a implementação do Plano Real em 1994, houve uma redução da inflação e a moeda nacional atingiu certa estabilidade, o que viabilizou a disponibilidade de diversos produtos e serviços financeiros, tais como a concessão de crédito. O poder de consumo do povo foi ampliado, no entanto não houve simultaneamente uma conscientização, ou ainda, uma preparação da população para lidar com a grande variedade de opções que lhe foram apresentadas.

Além disso, na sociedade de consumo que estamos inseridos a oferta de bens de consumo está cada vez maior, todos os dias diversos novos produtos são lançados, desde produtos como celulares e notebook, roupas, eletrodomésticos, veículos, entre outros. O apelo ao consumo por parte da mídia, por meio de propagandas, de descontos ditos imperdíveis e opções de parcelamento, faz com que os indivíduos comprem de maneira impulsiva, sem uma reflexão mais elaborada sobre o impacto em sua vida financeira presente e futura.

Diante disso, fica evidente a necessidade de educar a população para tomar decisões a respeito de suas vidas financeiras. A Educação Financeira pode trazer muitos benefícios para os indivíduos e suas famílias, incluindo a capacidade de equilibrar suas finanças, prepará-los para contratemplos financeiros e aposentadoria, diminuir o risco de ser vítima de fraude e prepará-los para alcançar seus objetivos. Em suma, ela melhora a qualidade de vida.

2.1 Educação Financeira presente nas legislações nacionais e estaduais

Em 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) foi instituída por meio do Decreto Federal 7.397 como uma política de Estado, que independe dos interesses e ideologias de um governo específico. Sendo assim, a Enef tem caráter nacional, inclui ações em âmbito nacional, regional ou local, necessárias em um país populoso, de grande extensão territorial e diversidade cultural. Ela tem a intenção de promover a Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País.

Todavia, este decreto foi revogado em 9 de junho de 2020 pelo Decreto nº 10.393, o qual estabeleceu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e a nova Enef. Isto ocorreu visando seguir as orientações do documento Recomendação do Conselho sobre Alfabetização

Financeira (Recommendation of the Council on Financial Literacy) publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2020. A Recomendação atualiza e substitui as recomendações publicadas anteriormente entre 2005 e 2009. Apesar de não ser um membro da OCDE, o Brasil é um dos parceiros chave da Organização desde 2007, participa ativamente e em pé de igualdade com os países membros em diversos órgãos e projetos importantes da Organização, e contribui para o trabalho dos Comitês da OCDE.

Em 20 de maio de 2021 o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) divulgou um comunicado que estabelece os seguintes princípios da Enef:

I. atuação permanente e em âmbito nacional; II. prevalência do interesse público; III. atuação por meio de informação, formação e orientação; IV. formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas; V. avaliação e revisão das ações implementadas; e VI. proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira. (BRASIL, 2021, [s.p])

No Tocantins, a EF começou a ser implementada no ambiente escolar por meio do Programa de Educação Financeira nas Escolas em 2010. Inicialmente era um projeto piloto que buscou promover, orientar e disseminar a EF, em 8 de junho 2015 o programa foi regularizado no estado por meio da Lei nº 2.977, que incluiu a temática no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PPE-TO) e na Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC-TO) em 2016. O PPE-TO estabelece as diretrizes específicas, metas e estratégias para a educação do Estado visando uma educação de qualidade, com vigência de 2015 a 2025.

2.2 Constituição teórica da Educação Financeira

Por volta dos anos 2000, devido à grande instabilidade econômica global vivenciada em diversos países, incluindo no Brasil, a população teve que lidar com diversas questões econômico-financeiras, dentre elas as relacionadas ao planejamento, endividamento, consumo, renda, financiamentos e previdência, ficando evidente a necessidade de educar financeiramente a população. Esta educação passou a ser promovida pelas esferas governamentais e iniciativas privadas, sendo impulsionadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) através do seu *Financial Education Project (2005)*, porém surgiram uma variedade de concepções sobre o que seria educar financeiramente uma pessoa. Nesse momento faz-se necessário então buscar definições a respeito do tema, e entender os termos Educação Financeira e Matemática Financeira.

Em geral, confundida com a Matemática Financeira (MF), a EF ganha uma presença necessária na nova proposta de diretrizes curriculares no Brasil, na medida em que o tema se constitui de extrema relevância em um país em que dezenas de milhares de cidadãos ainda não têm conta bancária, ou sofrem com o desconhecimento de como se planejar financeiramente a médio e longo prazo, gerando um contingente de dezenas de milhões de endividados. (PESSOA; MUNIZ JR.; KISTEMANN JR., 2018, p. 8)

A Educação Financeira e a Matemática Financeira, são duas áreas distintas, porém, são facilmente confundidas ou utilizadas como sinônimos quando não se tem conhecimento sobre as suas características e distinções, por isso é importante destacar algumas diferenças. A Matemática Financeira ocupa-se essencialmente do estudo do valor do dinheiro ao longo do tempo. Seu objetivo fundamental é realizar análises e comparações dos vários fluxos de entrada e saída de dinheiro de caixa verificados em diferentes momentos (ASSAF NETO, 2012). Isto é, a Matemática Financeira está relacionada com o conhecimento mais técnico, a respeito das fórmulas e procedimentos de cálculo envolvidas em situações financeiras, como o cálculo de juros simples e composto, análise de situações de empréstimo e financiamento. Ela não se volta diretamente para a formação da consciência cidadã e não se preocupa com aspectos subjetivos em suas análises.

Em seguida tem-se a Educação Financeira (EF), a qual tem um intuito de englobar os conhecimentos da Matemática Financeira, aspectos econômicos, culturais, comportamentais, dentre outros. Segundo Fernandes (2011, p. 8):

A educação financeira é o processo pelo qual os indivíduos melhoram os seus conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros através de programas de formação, instrução, ou outras ferramentas introduzidas com o objectivo de desenvolver capacidades e aumentar a confiança a respeito da sua situação financeira individual.

Sendo assim, ela é um processo de aprendizagem para produzir e aperfeiçoar a capacidade de tomar decisões relacionadas as finanças. Teixeira (2015) destaca que a EF não se resume somente a aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, vai além disso, dedicando-se a proporcionar a segurança material necessária para se aproveitar prazeres no presente e para obter uma garantia para eventuais imprevistos, visando assim uma melhor qualidade de vida, tanto no presente quanto no futuro.

Verifica-se o caráter de formação cidadã que a Educação Financeira possui observando que o melhor desempenho de cada indivíduo em sua vida financeira colabora para o bem-estar coletivo. Cordeiro, Costa e Silva (2018) destacam seu impacto social ao definirem a EF como “um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a

oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro”, sendo assim, ela é indispensável para o bem-estar individual e plural.

2.3 O endividamento e o planejamento financeiro

Um dos benefícios proporcionados pela Educação Financeira aos indivíduos é a capacidade de realizar um bom planejamento financeiro, o que implica diretamente na redução do endividamento em geral. Ao realizar um planejamento financeiramente, uma pessoa se torna ciente de seus rendimentos, ou seja, o quanto ganha de maneira fixa mensal e/ou anualmente, e suas despesas, levando em consideração os gastos fixos e eventuais. Ficar inteirado de sua situação financeira, das disponibilidades e limitações, possibilita tomar decisões mais assertivas de acordo com a sua realidade: evitar gastos que vão muito além da quantia que dispõem, iniciar hábitos de poupar dinheiro para fins específicos e criar reservas de emergência, estabelecendo assim uma relação mais equilibrada com o dinheiro.

O Plano diretor da Enef nos traz que “[...] cidadãos com maior grau de educação financeira estão menos propensos a sustentar padrões de consumo incompatíveis com sua renda” (2011, p. 11). Isto é, pessoas que possuem mais conhecimentos de Educação Financeira tendem a manter seus gastos dentro do limite de dinheiro que dispõem, não gastando mais do que recebem, evitando assim contrair dívidas as quais não podem saldar.

Segundo o levantamento mais recente da Serasa (2022), cerca de 66,82 milhões de brasileiros estão com o nome restrito, este é o número recorde em inadimplência desde 2016. Ainda segundo esse levantamento, a maior parte dos inadimplentes têm entre 26 e 40 anos, representando cerca de 35,2% do total de inadimplentes, e a maior parte das dívidas, 27,82% estão relacionadas a dívidas com os bancos e com cartões. Embora o crescimento da inadimplência no Brasil tenha desacelerado em junho, com aumento de 200 mil novos inadimplentes, inferior à média de 400 mil registrada nos meses anteriores, o cenário não é nada favorável e torna evidente que grande parte da população brasileira não possui um nível mínimo de Educação Financeira.

Para evitar dívidas e incertezas quanto a utilização dos recursos e para compreender as implicações das decisões tomadas, o planejamento é fundamental. Traçar um plano de ação e elaborar estratégias para lidar com assuntos financeiros pode ajudar a diminuir transtornos, e para isso o primeiro passo é se conscientizar sobre a sua situação financeira.

A elaboração de um orçamento elencando todos os ganhos e gastos mensais permite planejar o dinheiro que o indivíduo, ou a família, dispõe para ser empregado. Isto deve ser feito cuidadosamente antes da tomada de decisões sobre o uso do dinheiro, como para a realização de financiamentos e empréstimos, compras de valores elevados divididas em parcelas, mas também no cotidiano, para evitar gastos impulsivos os quais muitas vezes se mostram desnecessários. Planejar os gastos e se ater ao que foi definido é essencial para manter a estabilidade financeira e evitar possíveis situações de endividamento.

A partir desse conhecimento é importante que se reflita sobre o futuro, compreendendo a necessidade de se ter uma reserva de emergência que seja um apoio garantido em momentos de dificuldade, para os quais a maioria das pessoas não está preparada. Isso pode ser feito ao poupar em períodos de estabilidade e investindo ao invés de gastar até o último centavo sem refletir sobre as consequências que isso pode acarretar. Saber como usar o dinheiro que “sobra” no final do mês também é uma decisão que deve ser tomada no momento do planejamento.

Além disso, o planejamento é essencial para a realização de sonhos e projetos, não apenas no presente, mas a longo prazo. A partir do estabelecimento de metas, é preciso adequar as despesas previstas no orçamento já existente e eliminar gastos desnecessários para conseguir poupar e alcançar os objetivos no tempo determinado. Pode-se ainda verificar se seria interessante, ou não, a aquisição de um empréstimo ou financiamento, de acordo com o objetivo de interesse. Nesse caso é primordial atentar-se às condições de pagamento oferecidas e ao impacto que elas teriam em seu planejamento, para evitar contrair dívidas maiores que a capacidade de pagamento.

Evitar comprometer a renda é um dos passos para afastar-se do endividamento e atingir uma melhor qualidade de vida, assim como buscar a compreensão acerca dos fatores que nos levam a gastar. Estes merecem um debate, dado que ajudam a compreender os hábitos de consumo e são um ponto de partida para possíveis mudanças.

2.4 O marketing e o consumo

Na sociedade de consumo em que vivemos atualmente muitas vezes o grau de sucesso pessoal é medido pela demonstração de riqueza, a capacidade de comprar e consumir de uma pessoa. O conceito de que esbanjar é uma maneira de se impor, de mostrar seu *status*, está ligado ao sistema econômico vigente e é moldado também por questões socioculturais. A respeito disso, Fernandes (2011, p. 97) denota que “o consumo permite satisfazer necessidades

básicas, influencia as relações sociais e chega a definir em certa medida, a imagem e a própria identidade da pessoa". Nesse contexto somos constantemente influenciados a consumir, por meio de propagandas, ofertas de parcelamento e promoções. Além disso, a oferta de novos produtos é constante, o desejo de acompanhar os lançamentos e a grande variedade de produtos disponíveis muitas vezes leva as pessoas a consumir de maneira irresponsável, gastando com coisas supérfluas e extravagantes que se desviam completamente do planejamento realizado.

O entendimento sobre conceitos da Matemática Financeira, como por exemplo a compreensão sobre o cálculo de juros, montante e sistemas de amortização, é de grande valia para analisar as decisões a serem tomadas, para evitar cair em fraudes e verificar os custos ou lucros totais envolvidos em uma operação. Porém esses não são os únicos aspectos envolvidos, visto que o homem não é completamente racional em todas as suas decisões, e fatores emocionais, culturais e psicológicos também possuem grande influência na tomada de decisões.

O *marketing*¹ desempenha um papel fundamental no incentivo ao consumo hoje, e para criar estratégias de venda mais efetivas é necessário compreender que fatores têm impacto na decisão do consumidor de comprar um produto ou não, para a partir desse conhecimento adequar seus produtos e estratégias e maximizar as chances de vender. Aqui entram em questão alguns aspectos, como a forma como as informações são apresentadas aos consumidores, as opções de pagamento oferecidas. Os autores Pessoa, Muniz Jr e Kistemann Jr (2018), a partir dos estudos dos psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky, apontam alguns fatores que levam os consumidores a se desviarem de decisões racionais, dentre eles a *heurística da disponibilidade* e os *efeitos de enquadramento*, que deixam evidente o efeito do *marketing* na decisão de consumo.

A *heurística da disponibilidade* está ligada à avaliação que se faz de um produto ou vontade de comprá-lo em decorrência da quantidade de vezes que ele é anunciado. Ela tem efeito em situações inversas também, sendo que os impactos ambientais gerados pela utilização de determinados materiais (que possuem uma difícil degradação) em diversos produtos são minimizados e pouco considerados pelos consumidores, na maioria das vezes porque esse impacto causado é pouco noticiado, e o uso dos produtos é constantemente estimulado por meio das propagandas (PESSOA; MUNIZ JR; KISTEMANN JR, 2018). Não é interessante para os fabricantes divulgar os problemas acarretados pela utilização de tais materiais, pois poderia

¹ Conjunto de procedimentos e estratégias de otimização dos lucros que, através de pesquisas de mercado, busca adequar os produtos às necessidades dos consumidores; estudo de mercado. Reunião das atividades e ações que, metodicamente planejadas, tentam persuadir o público em relação a determinado produto, serviço, ideia, pessoa. (MARKETING, 2022)

desestimular o consumo dos seus produtos. Já os *efeitos de enquadramento* correspondem às formas como o anúncio das ofertas influenciam a forma como o consumidor enxerga e decide sobre uma compra. Vejamos o exemplo:

apresentar um preço de tabela de mil reais com desconto à vista de 10%, ou a alternativa de duas vezes “sem juros” de 500 reais costuma ser considerado mais atrativo do que apresentar o preço do mesmo produto como 900 reais à vista e um parcelamento em duas vezes de 500 reais. As duas situações são equivalentes do ponto de vista econômico, mas são enquadradas como diferentes pelos consumidores [...] (PESSOA; MUNIZ JR; KISTEMANN JR, 2018, p. 13)

Nesse caso, quando o produto é anunciado apresentando apenas seu valor à vista e a prazo, o consumidor não se sente tão atraído por não encontrar nenhuma “vantagem”. Já o anúncio com o percentual de desconto à vista, transmite a ideia de que o consumidor está pagando menos, devido aos termos que estão sendo utilizados, mesmo que do ponto de vista lógico e matemático, perceba-se que isso não ocorre de fato, essa oferta é vista como atrativa e influencia a decisão de comprar.

As estratégias de marketing adotadas buscam atrair os consumidores e incentivar a compras imediatas, de forma tal que os indivíduos não dispõem tempo para refletir sobre os custos, avaliar se as condições oferecidas são de fato relevantes e se o impacto no orçamento está dentro dos limites estabelecidos. Por meio da Educação Financeira, os consumidores melhoram sua capacidade de decisão e podem escolher de forma mais racional, estando mais cientes dessas estratégias que incentivam o consumo de forma deliberada.

2.5 O equilíbrio entre a necessidade e o desejo

A consciência sobre o que nos leva a consumir é relevante também para que se esclareça a diferença entre a necessidade e o desejo de consumir algo. O desejo está relacionado a emoções e em grande parte à vontade de possuir e consumir bens, muitas vezes supérfluos e dispensáveis, os quais poderiam ser adiados ou até completamente descartados. Para deixar mais explícito, um exemplo de consumo inspirado pelo desejo é a aquisição ou troca de aparelhos eletrônicos em bom estado por produtos novos, pelo simples fato de estes modelos serem os lançamentos mais recentes.

Já a necessidade, como a própria palavra já expressa, está relacionada ao que é indispensável, ou seja, ao consumo relacionado a bens e serviços os quais se fazem essenciais de acordo com a realidade da pessoa. Alguns exemplos de consumo guiados pela necessidade

são a compra de cestas básicas, consultas médicas, aquisição de um meio de transporte, dependendo dos contextos de vida de cada indivíduo.

Vale salientar que nem todo desejo é supérfluo e deve ser descartado imediatamente, não é essa a intenção aqui. Desejar é intrínseco ao ser humano, possibilita o avanço por ser um ponto de partida para se estabelecer metas e objetivos a serem alcançados. O que não é admissível é que o indivíduo busque a satisfação de um desejo de consumo de forma imediata e irresponsável. É primordial um momento de reflexão, levando em consideração as implicações que isso terá em sua vida financeira a curto, médio e longo prazo, bem como os impactos ambientais que podem estar relacionados a essa decisão.

A reflexão antes da decisão é um dos aspectos que a Educação Financeira proporciona. As escolhas devem ser realizadas sabendo que nem sempre o melhor para sua saúde financeira será a realização de desejos (SANTOS; MARTIN, [202-]). Uma implicação direta do consumo impulsivo é a dificuldade em arcar com as despesas, que pode resultar em uma situação de endividamento e inadimplência. Em virtude disso, discutir tais temas é extremamente necessário para que os indivíduos possam tomar melhores decisões, mais cientes das consequências das suas escolhas ao longo da vida, com impactos de curto, médio e, muitas vezes, de longo prazo.

2.6 Empreendedorismo e Educação Financeira

Os desejos e necessidades manifestados por uma parte da população podem abrir caminho para o surgimento de novos negócios que busquem atendê-los. Para tanto, é preciso um olhar perspicaz e iniciativa, além é claro de um bom planejamento, que possibilite a criação novos negócios, visando a oferta de bens ou serviços. A isso chamamos de empreendedorismo.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2022), o empreendedorismo corresponde a capacidade de reconhecer problemas e oportunidades, encontrar soluções e dedicar recursos para a produção de algo benéfico para a sociedade. Sendo que este pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que cause mudanças reais e tenha impacto no dia a dia das pessoas, seja abrindo novos mercados, criando novos bens, meios de produção ou de comercialização.

O empreendedorismo também tem uma relação direta com a Educação Financeira, na tomada de decisões no que se refere à quando, onde, quanto e como investir. Quando se começa a empreender é extremamente importante ter conhecimentos sobre questões financeiras.

Fernandes (2011, p. 9) afirma que “a educação financeira também se refere à capacidade de gerir um negócio, conhecer um sistema fiscal e as políticas orçamentais de um país onde o cidadão é residente”, ressaltando outros conhecimentos pertinentes a quem já empreende ou pensa em iniciar.

Para aproveitar as oportunidades por meio dos negócios é imprescindível compreender o mercado que se está inserido ou deseja atingir, da mesma forma é vital ter capacidade de administrar os lucros, os investimentos realizados, analisar as possibilidades de expansão e ficar atento às perdas e despesas. O campo da Educação Financeira é fundamental ao empreendedorismo, uma vez que se tem que trabalhar o tempo relacionado a valores e taxas. Ademais, "perguntas do tipo o que é inflação e como se calcula os índices, explicados de forma técnica podem ser mais eficientes do que se explicados de maneira subjetiva, sendo apresentados os algoritmos para o cálculo" (PERSIJN, 2020, p. 39) e possibilitam debates e reflexões interessantes sobre o impacto dessas taxas nos preços de serviços e produtos. Todas essas competências são desenvolvidas por meio da Educação Financeira.

A autonomia e a responsabilidade são características marcantes e essenciais para um bom empreendedor. Pensando no contexto escolar, desenvolver atividades voltas ao empreendedorismo permite aos alunos vivenciar o papel de protagonista de sua aprendizagem, o qual é muito discutido recentemente e indicado também pela Base Nacional Comum Curricular. Por meio de atividades voltadas a esta temática é possível promover o desenvolvimento de um pensamento mais autônomo e crítico dos alunos. Além disso, trabalhar o empreendedorismo em sala de aula pode aumentar a percepção da importância de se planejar, além de permitir aos alunos a compreensão contextualizada de certos conceitos e utilização de habilidades desenvolvidas por meio da EF.

3 ORIENTAÇÕES OFICIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Com o intuito de disseminar a EF e promover a tomada de decisões financeiras de maneira consciente, foi implantada por meio do Decreto Federal 7.397/2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), uma política de Estado cujo objetivo é “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (BRASIL, 2017), sendo assim uma política pública de interesse do Estado que favorece a população. A Enef diz que “a educação financeira é disciplina relevante para garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos e deveres no mundo financeiro, possibilitando a tomada de decisões acertadas” (FORTE, 2020, p. 17), destacando-a como um conhecimento que possibilita desenvolver uma relação equilibrada com o dinheiro.

O site oficial da Enef utiliza o conceito definido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para EF, segundo a qual a Educação Financeira é:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005, [s.p])

Logo, segundo a OCDE, a EF trata-se de um processo de aprendizagem por meio do qual as pessoas passam a conhecer e compreender sobre a administração racional dos recursos financeiros, o que implica em mais confiança na tomada de decisões, ciente de que elas têm impacto no presente e no futuro. Partindo da definição apresentada pela OCDE é evidente a sua pertinência para o bem individual e coletivo, e a demanda por fornecê-la a população.

É mister enfatizar que o desenvolvimento dessas habilidades e competências não deve ficar restrito ao cenário escolar, mas pode ser propiciado aos indivíduos-consumidores em cenários extraescolares como cursos de aperfeiçoamento, cursos de extensão promovidos por instituições de ensino, palestras sobre temas financeiros, como já vem sendo realizado em instituições de ensino que realizam pesquisas em Educação Financeira no Brasil. Tais momentos devem atender à população em geral em nosso entendimento. (PESSOA, MUNIZ, JR KISTEMANN JR, 2018, p. 5)

Os autores deixam claro que esse processo de Educação Financeira não deve estar restrito a ambientes escolares e universitários, devendo ser proporcionada a todos os indivíduos por meio de ações diversas, sendo elas de iniciativa pública e privada. Todavia inserir a EF nas escolas é um caminho que amplia a disseminação dela, pensando que os professores atuarão como multiplicadores dos conceitos de Educação Financeira para seus alunos, proporcionando

assim a formação de indivíduos mais conscientes e críticos. Por sua vez, cada aluno pode ser um multiplicador de tais conhecimentos nos meios em que vive, em especial sua família, o que promove a disseminação da EF na sociedade como um todo, como a indica a própria Enef.

3.1 Educação Financeira Escolar

Pensando nos benefícios a longo prazo que ela traz para os indivíduos e para a sociedade como um todo, apresenta-se a necessidade de uma Educação Financeira em ambientes escolares, ou seja, a implementação de uma Educação Financeira Escolar.

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (SILVA; POWELL, 2013, p. 12-13).

Em concordância com isso, Muniz (2016) indica a EF em ambientes escolares fortemente apoiada em uma visão multidisciplinar e baseada nos princípios do convite à reflexão e da conexão didática. Sendo seu papel despertar no sujeito a capacidade de refletir sobre e racionalizar suas decisões, tendo consciência sobre os impactos delas, tanto no âmbito social quanto ambiental, e para esse propósito ela deve ser empreendida de maneira transversal.

A Educação Financeira Escolar proporciona uma visão mais ampla em situações de compras e investimento, englobando além do aspecto financeiro questões subjetivas, e propiciando a reflexão crítica sobre as escolhas realizadas. Desse modo, a tomada de decisão é um conceito chave ao se falar sobre a EFE, visto que trará consequências tanto para o indivíduo quanto para a sociedade que ele está inserido, de maneira imediata e a longo prazo.

[...] percebemos que a Educação Financeira se alinha com os propósitos da Educação Crítica, na medida em que se propõe a trazer para a sala de aula o enfrentamento de problemas sociais decorrentes da má administração das finanças pessoais, almejando uma transformação da dura realidade exposta pelos dados alarmantes que apresentamos relativamente ao endividamento das famílias e ao consumismo desmedido. (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015, p. 571)

A autora Pessoa (2018) faz uma distinção entre a EF e a EFE. Segundo ela, a Educação Financeira Escolar objetiva um trabalho reflexivo sobre elementos relacionados ao consumo consciente, tomada de decisão, desejos versus necessidade, influências da mídia e das propagandas, enquanto que a Educação Financeira está mais voltada aos interesses bancários e do mercado. Ela ainda destaca que:

[...] a Matemática não pode ser o único fator para uma tomada de decisão consciente, pois questões emocionais, psicológicas ou de necessidade no momento, podem interferir na chamada racionalidade econômica do indivíduo-consumidor. Contudo, os conhecimentos matemáticos constituem-se em um dos importantes fatores para as tomadas de decisão e estão intimamente atrelados à EFE. (PESSOA; MUNIZ JR.; KISTEMANN JR.; 2018, p. 17)

Por meio da Educação Financeira trabalhada em sala de aula, aliada a reflexões sobre a ética e os impactos sociais e ambientais das decisões de consumo, espera-se alcançar e promover a Literacia Financeira, que “refere-se à capacidade de ler, analisar e interpretar as condições financeiras pessoais que afetam o bem estar em nível material, inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros” (ORTON, 2007, p. 17), auxiliando assim a capacidade de tomada de decisões, levando em consideração não apenas questões sobre o consumo, mas também sobre o planejamento, avaliação de riscos e de impacto financeiro e ambiental decorridos de suas atitudes.

A EF foi incluída pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) publicada em 2018, entre os temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, e destacando sua natureza social, política e cultural, e sua abordagem no decorrer do Ensino Básico passou a ser obrigatória. Reis (2016) defende que a Educação Financeira deve estar presente em todas as fases da vida, iniciando-se desde o Educação Básica, tendo em vista que a relação com o dinheiro se inicia muito cedo e as pessoas precisam ter o entendimento de que suas decisões e ações financeiras poderão ter efeito não só no presente como também no futuro.

Quando abordada no Ensino Médio, em geral um público de jovens cidadãos que começa a exercer seu papel como consumidores e tomar decisões por conta própria, a EF deve auxiliar na conscientização das vantagens e benefícios que podem decorrer da prática do planejamento financeiro, do estabelecimento de metas, da identificação de como e com o que se gasta, bem como trazer reflexões sobre como as suas decisões pessoais impactam a vida em família e de um modo mais amplo, em sociedade (MUNIZ, 2016).

3.2 Educação Financeira nos documentos norteadores da educação

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que tem o objetivo de nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino público e privado dos estados brasileiros. Ela define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, e norteia também

as propostas pedagógicas de todas as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Sendo assim, a BNCC estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, com a intenção direcionar a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A Base indica que “cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2018, p. 19).

Dentre estes temas contemporâneos está incluída a Educação Financeira, muito embora a BNCC não apresente uma definição específica sobre o que é a Educação Financeira, e quais aspectos devem ser abordados, ela traz algumas indicações que englobam a temática dentro das habilidades a serem desenvolvidas. Há um destaque para importância e aplicabilidade do tema principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, associada a unidade temática Números. Já sobre a EF na etapa do Ensino Médio, está presente em destaque o tema Empreendedorismo.

Segundo a BNCC, o Ensino Médio na atualidade busca proporcionar aos estudantes uma preparação básica para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, o aperfeiçoamento de sua formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como responder às expectativas dos próprios jovens quanto à sua formação. Pensando na entrada desses estudantes no mercado de trabalho, o qual está cada vez mais complexo e imprevisível, espera-se que sejam desenvolvidas competências e habilidades que possibilitem sua inserção de forma ativa, crítica, criativa e responsável. Para que isso ocorra, a escola precisa se estruturar de maneira a, entre outras coisas:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; (BRASIL, 2018, p. 466)

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e entre outras mudanças estabeleceu que o currículo do Novo Ensino Médio deveria ser diversificado e flexível, sendo composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos. Ela determina que “os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil” (BRASIL, 2018, p. 478). A oferta destes itinerários ocorre por meio da disponibilização de

diferentes arranjos curriculares, que ao serem disponibilizados devem levar em conta o contexto local e suas demandas, os recursos físicos, materiais e humanos dos sistemas educativos. O detalhamento dos itinerários formativos cabe aos diferentes sistemas, redes e escolas, porém eles devem se organizar em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

- I – investigação científica;
 - II – processos criativos;
 - III – mediação e intervenção sociocultural;
 - IV – empreendedorismo;
- (BRASIL, 2018, p. 478)

A presença do Empreendedorismo dentre os eixos estruturantes dos itinerários formativos é um indicativo de como a Educação Financeira pode ser inserida no Ensino Médio, visto que o empreendedorismo está intimamente relacionado à EF. Sobre este eixo em específico, a BNCC indica o seguinte:

- IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB no 3/2018, Art. 12, § 2o). (BRASIL, 2018, p. 479)

Ainda a respeito deste tema, a própria Base enfatiza a conexão entre a Educação Financeira e o empreendedorismo:

- Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. (BRASIL, 2018, p. 568)

Entretanto, apesar dos destaques já mencionados, a BNCC não discorre sobre que temas devem ser trabalhados, em especial se tratando do Ensino Médio. Assim a Educação Financeira é mencionada de maneira superficial, deixando em aberto quais aspectos serão de fato abordados em sala de aula, cabendo aos educadores, às instituições e às redes de ensino estabelecer como e quando incluí-la no contexto escolar.

O Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO) é um documento que estabelece prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas para a promoção de uma educação de qualidade no Estado do Tocantins. A vigência do referido documento foi determinada de 2015 a 2025. Em 6 de dezembro, o item 24.5 da meta 24, que aborda um acréscimo no percentual a ser investido na educação pelo Estado, foi revogado pela Lei nº 3.305. O PEE/TO foi elaborado a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente entre 2014 e 2024, o qual determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no âmbito nacional.

O Tocantins é um dos poucos estados brasileiros a incluir as palavras Educação financeira, Empreendedorismo, Temas transversais e Transversalidade do currículo em seu Plano Estadual de Educação (PEE). Tais termos estão presentes em quatro das vinte e quatro metas definidas pelo documento e a seguir apresentam-se alguns comentários sobre cada uma delas.

O termo Educação Financeira é mencionado em uma das estratégias para o cumprimento da Meta 11, a qual trata sobre a Educação ambiental. A estratégia em questão é a 11.6 que estabelece o seguinte:

11.6. Estimular a criação e revitalização, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, [...] espaços educativos sustentáveis nas escolas e comunidades, que fortaleça a participação da comunidade escolar no planejamento e gestão de projetos [...] combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo, e práticas e disseminação de educação financeira nas escolas. (TOCANTINS, 2015, [s.p])

Assim, existe a possibilidade de realizar uma articulação entre a Educação Ambiental e EF com o propósito de viabilizar a formação de alunos com pensamento crítico e atitudes responsáveis em relação ao consumo e ao desperdício.

Já a transversalidade é incluída na Meta 12, a qual trata a respeito da implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Essa estratégia apresenta uma orientação para a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc), para que haja um planejamento e avaliação da política da educação em direitos humanos e transversalidade no currículo, como observa-se a seguir:

12.2. Constituir uma comissão paritária e permanente na Seduc/TO e diretorias regionais de educação, composta por profissionais com perfil adequado para planejar e avaliar a política da educação em direitos humanos, assim como garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade no currículo escolar. (TOCANTINS, 2015, [s.p])

Não há uma orientação explícita acerca da EF nessa meta, porém garantir a transversalidade do currículo é uma maneira de permitir a articulação da temática nas escolas, posto que ela se enquadra como um tema transversal que pode e deve ser trabalhado em conjunto com diversas áreas de conhecimento. Como foi visto na seção 2, a EF interfere diretamente na qualidade de vida e, portanto, está envolvida em discussões sobre os direitos humanos, os quais são direitos básicos de todos os seres humanos e que o Estado deve assegurar. Posto isso, é uma responsabilidade do governo proporcionar e promover a EF para que os indivíduos tenham a capacidade de administrar bem suas vidas financeiras e alcancem uma qualidade de vida.

A meta 14, se propõem a “universalizar a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola” (TOCANTINS, 2015, [s.p]). Associada a esta meta tem-se a Diretriz IV que estabelece a “Garantia de educação profissional que incentive a inovação e o empreendedorismo, incorporando novas tecnologias na prática pedagógica, atendendo às exigências que sinalizam os novos perfis profissionais” (TOCANTINS, 2015, [s.p]). Assim como na BNCC, existe a indicação do tema empreendedorismo, aqui mais voltado para um público específico.

A transversalidade do currículo e a EF são indicados em uma das estratégias para cumprir a Meta 23. Esta meta aponta quais são os resultados esperados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), embora não apresente indicações sobre que tipo de atividade deve ser desenvolvida. O IDEB é um indicador criado pelo governo federal com o objetivo de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas. A estratégia 23.27 estabelece o seguinte:

23.27. Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira, educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da Educação Básica, em todas as etapas e modalidades, [...], a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão. (TOCANTINS, 2015, [s.p])

Na estratégia 23.27 exprime-se a imperatividade de ampliar a EF, entre outros temas, por meio da transversalidade do currículo, para cumprir o papel essencial da educação de formação do sujeito para a cidadania e assim, alcançar melhores resultados nas avaliações do IDEB. Sendo assim, o PEE/TO mostra certa preocupação em incluir os termos citados anteriormente, que indicam a possibilidade de desenvolver a EF nas escolas sem, no entanto, explicitar que elementos específicos estão relacionados.

Já o Documento Curricular do Território do Tocantins - Etapa Ensino Médio (DCT-TO) foi instituído pela Resolução nº 108 do Conselho Estadual de Educação (CEE), entrando em vigência a partir de 21 de junho de 2022. Segundo a página oficial da Secretaria da Educação, ele trata da reforma do Ensino Médio no Território do Tocantins e divulga as disposições legais que norteiam a implementação das principais mudanças curriculares propostas pelo Ministério da Educação (MEC) a partir do ano de 2022.

O DCT-TO, Etapa Ensino Médio, está organizado em cinco cadernos, sendo eles o Caderno 1 - Disposições gerais, o Caderno 2 - Formação geral básica e seus anexos, o Caderno 3 - Trilhas de aprofundamento e seus anexos, o Caderno 4 - Itinerários formativos: Eletivas e projeto de vida e o Caderno 5 - Itinerários formativos da formação técnica e profissional. O

Caderno 2 que está dividido e organizado por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias, sobre a qual recaiu nossa análise.

O Caderno 2 - Matemática e suas Tecnologias pretende dar um direcionamento seguro aos profissionais da educação do Ensino Médio que atuam como professores de Matemática, sobre quais objetos de conhecimento é possível trabalhar para desenvolver as habilidades que a BNCC propõe. Também relacionam estas habilidades com os temas transversais, auxiliando a inserção deles no ensino, com a intenção de proporcionar uma aprendizagem mais significativa dos conteúdos associados ao desenvolvimento de tais habilidades.

Para tanto, o Documento Curricular do Território do Tocantins - Etapa Ensino Médio apresenta um quadro no qual relaciona as cinco competências específicas e habilidades da Área de Matemática e suas Tecnologias apresentadas na BNCC com sugestões de objetos de conhecimento que podem contribuir no desenvolvimento de tais habilidades. (TOCANTINS, 2022). Este quadro de sistematização consta como um anexo Caderno 2 - Matemática e suas Tecnologias.

O intuito é de que, ao término do Ensino Médio, os estudantes desenvolvam as habilidades essenciais e necessárias à concretização de seu projeto de vida. Para essa finalidade, a Educação Financeira se mostra um tema transversal extremamente importante, cujas habilidades a serem desenvolvidas e exploradas tem implicações na vida dos estudantes a curto, médio e longo prazo.

A seguir, encontra-se uma adaptação do *Quadro de sistematização de aprendizagens essenciais da área de Matemática e suas tecnologias - 1ª à 3ª ano do Ensino Médio*, onde destacou-se apenas os trechos onde o quadro indica as possíveis articulações com a Educação Financeira. Dentre os objetos de conhecimento temos alguns que estão mais diretamente relacionados EF, como os conhecimentos da Matemática Financeira, e outros que apesar de não se relacionarem tão explicitamente, permitem uma abordagem da mesma, promovendo uma visão mais ampla e contextualizada da EF.

Quadro 1 - Sistematização das habilidades e/ou objetos de conhecimento que trazem temas da Educação Financeira no Ensino Médio

Competência específica 1

Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.

Habilidades	Objetos De Conhecimentos	Temas Contemporâneos Transversais
<p>(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estatística: Pesquisa e organização de dados; Interpretação de gráficos; Medidas de tendência central e medidas de dispersão. ● Noções de Matemática Comercial e Financeira: Porcentagens, cálculo de índices, taxas e coeficientes. Análise gráfica de informações reais e recentes publicadas nos canais de comunicação mostrando taxas e índices. <p>Promoção de atividades com situações problemas que ofereçam valores em forma de dados, oportunizando assim, que além de encontrar os valores de índices e taxas, seja possível também examinar o significado do valor encontrado frente à realidade do problema.</p>	<p>Educação financeira: inteirar-se de conhecimentos que possibilitem um viver mais digno e mais ativo nas atividades financeiras da família.</p> <p>Educação fiscal: Compreender como funciona o processo de arrecadações do município, estado e união.</p>
<p>Competência Específica 2 Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.</p>		
Habilidades	Objetos De Conhecimentos	Temas Contemporâneos Transversais
<p>(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Noções de Matemática Comercial e Financeira: Porcentagem; Juros simples, compostos, taxas de juros, descontos, cálculo de parcelas de um financiamento, etc.; Sistemas de amortização e fluxo de caixa. ● Estudo de Funções: Função Linear; Função Exponencial; Função Logarítmica. ● Estudo de Matrizes: Criação de planilhas. ● Utilização de Ferramentas Tecnológicas: Programação em 	<p>Vida familiar e social: fazer o estudante perceber que ele é um elemento importante dentro do contexto familiar e que deve contribuir para o bem comum dos integrantes dela.</p> <p>Educação financeira: realização de orçamento familiar e execução do</p>

outros), para tomar decisões.	Excel para construir simuladores. Programação em Geogebra. Promoção de situações que permitam a análises de tabelas de orçamento familiar ou não, permitindo a compreensão da matemática existente por trás das automações computacionais, e baseados nessas análises seja possível elaborar planilhas e aplicativos específicos.	mesmo.
-------------------------------	---	--------

Competência Específica 3

Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

Habilidades	Objetos De Conhecimentos	Temas Contemporâneos Transversais
(EM13MAT301) Resolver e elaborar problemas do cotidiano, da Matemática e de outras áreas do conhecimento, que envolvem equações lineares simultâneas, usando técnicas algébricas e gráficas, com ou sem apoio de tecnologias digitais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Sistemas de equações lineares: Equação de 1º grau com duas variáveis; Métodos de resolução de sistemas de equações de 1º grau; ● Geometria Analítica: Gráficos de funções lineares com duas variáveis; ● Estudo dos Determinantes: Métodos de resolução de sistemas de equações de 1º grau; ● Utilização de Ferramentas Tecnológicas: Geogebra e o estudo de sistemas lineares de equações. <p>Apresentação de situações problema que permitam análises e ponderação das informações, e a partir das equações encontradas, seja possível definir que método é mais adequado para resolver o problema. Podem ser apresentados os softwares de geometria dinâmica, como o Geogebra, para solucionar ou apenas para validar a resposta.</p>	Educação financeira: Inteirar-se de fatos que são necessários para resolver determinados tipos de problemas usando o dinheiro e equações.
(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros	<ul style="list-style-type: none"> ● Noções de Matemática Comercial e Financeira: Conceitos de Matemática Financeira; Juros simples e compostos; Relações entre juro simples, Progressão 	Educação financeira: compreender os processos de empréstimos, financiamentos, vendas

<p>compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.</p>	<p>Aritmética e a função afim e juro composto com a função exponencial. Análise da variação de cada modalidade com o uso da derivada ou não.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Estudo de Funções: Funções e gráficos de funções de 1º grau e exponencial. ● Utilização de Ferramentas Tecnológicas: As planilhas eletrônicas como ferramenta para análise de juros. <p>Desenvolvimento da compreensão das diferenças básicas dos dois tipos de aplicações financeiras, diferenciando-os a partir de suas representações gráficas. Com a utilização de softwares de plotagem para visualização gráfica dos juros e montantes em função do tempo, avaliando assim o tipo de função que se encaixa com os dados de juro simples e também de juro composto.</p>	<p>a prazo, etc.; mais praticados na atualidade e fazer a melhor escolha em benefício da família.</p> <p>Trabalho: Entender a relação entre trabalho e realização do projeto de vida.</p>
---	--	---

Competência Específica 4

Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.

Habilidades	Objetos De Conhecimentos	Temas Contemporâneos Transversais
<p>(EM13MAT407) Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos (histograma, de caixa (box-plot), de ramos e folhas, entre outros), reconhecendo os mais eficientes para sua análise.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estatística: ● Gráficos e diagramas estatísticos: histogramas, polígonos de frequências; Diagrama de caixa, ramos e folhas etc. <p>Desenvolvimento de atividades de análise de vários tipos de gráficos, e sua adequação aos vários meios de comunicação que fazem uso em suas publicações, ampliando a compreensão de que o gráfica depende do tipo de informação e impacto de sua veiculação.</p>	<p>Educação financeira: poupança para o projeto de vida? Como fazer?</p>

Competência Específica 5		
Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.		
Habilidades	Objetos De Conhecimentos	Temas Contemporâneos Transversais
(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Funções polinomiais do 2º grau: Função quadrática; Gráficos de funções; ● Pontos críticos de uma função quadrática: concavidade, pontos de máximo ou de mínimo. ● Problemas de função quadrática envolvendo Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros; ● Utilização de Ferramentas Tecnológicas: O Geogebra como visualizador gráfico de funções. <p>Desenvolvimento de atividades envolvendo áreas, deslocamentos e velocidades, que permitam a obtenção de valores máximos e mínimos das funções quadráticas, para que em contato com essas técnicas seja possível ingressar no mercado de trabalho dominando os procedimentos que contribuem para o sucesso profissional.</p>	Educação financeira: avaliar o valor do dinheiro ao longo do tempo.

Fonte: Adaptado de Tocantins (2022)

No Quadro de sistematização de aprendizagens essenciais da área de Matemática e suas Tecnologias é proposta uma integração da EF nas aulas de Matemática, de modo que ela é apresentada como um tema transversal e não fica restrita aos conhecimentos da MF. Como afirmam Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr. (2018, p. 17) “os conhecimentos matemáticos constituem-se em um dos importantes fatores para as tomadas de decisão e estão intimamente atrelados à EFE”. Sem os conhecimentos da MF não seria possível desenvolver com os alunos, por exemplo, a elaboração e execução do orçamento familiar, mas a EFE não se reduz apenas a isso.

O quadro indica entre os temas da EF, a compreensão do valor do dinheiro ao longo do tempo, a relação entre a necessidade de poupar e a realização do projeto de vida, a compreensão acerca de conceitos como empréstimos, financiamentos e compras a prazo para realizar boas escolhas. Todos esses temas são articulados com objetos de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades específicas, sendo esperado que assim as aprendizagens sejam mais significativas para os alunos.

Indica-se ainda a necessidade de discutir com os alunos seu papel no contexto familiar, para que eles compreendam que o bem-estar comum também está relacionado as suas atitudes. Para tal, é importante promover um pensamento crítico sobre as suas atitudes e escolhas e os impactos que elas produzem no contexto em que estão inseridos no presente e no futuro, com destaque aqui às decisões financeiras

É perceptível nesse documento a preocupação de discutir aspectos matemáticos e não matemáticos presentes nos temas indicados, isso vai de acordo com a função que a EFE deve desempenhar segundo a perspectiva de Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr. (2018). Logo, acreditamos que a EF está sendo bem definida e articulada com os conteúdos de Matemática. Ademais, o quadro de sistematização presente nos anexos do DCT-TO é valioso para que os professores incluam a EF em suas aulas.

4 QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Com o objetivo de verificar se a Educação Financeira está sendo trabalhada no Ensino Médio em Araguaína, foi encaminhado um questionário a respeito do assunto para os professores dos Centros de Ensino Médio (CEM).

A restrição quanto às unidades escolares participantes foi realizada com o intuito de envolver professores que estivessem desenvolvendo atividades exclusivamente voltadas para o Ensino Médio, além de funcionarem como centros de ensino integral. Alguns dos professores são egressos do curso de Licenciatura em Matemática da UFT, sendo este um fator que facilitou o contato e a colaboração com a pesquisa.

O questionário, disponibilizado por meio da plataforma *Formulários Google*, contava com três perguntas iniciais para auxiliar a traçar o perfil básico do nosso público e 14 questões acerca da EF.

Dentre os 10 professores de Matemática que trabalham nos Centros de Ensino Médio aos quais o questionário foi enviado, obteve-se respostas de 7 professores, abrangendo os três Centros de Ensino Médio. Os nomes dos participantes não serão divulgados, de modo que vamos nos referir a eles por P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7, sendo esta ordem definida pelo recebimento das respostas do questionário.

Por meio das perguntas iniciais, observou-se que seis dos professores se formaram em Licenciatura em Matemática, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e o professor P4 possui Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática, pela Faculdade Teresa Marin. Dentre os participantes da pesquisa, constatou-se que há profissionais formados entre 1999 e 2018. A seguir, indicamos os participantes de acordo com o ano de formatura, partindo do mais antigo ao mais recente: P4 (1999), P2 (2005), P1 (2008), P5 (2011), P3 (2016), P6 e P7 (2018).

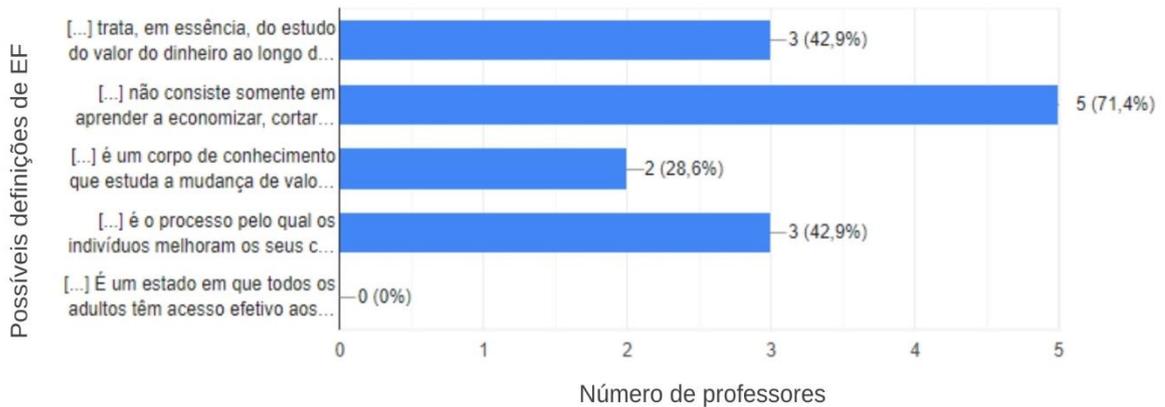
Como foi visto anteriormente na seção 2, a Educação Financeira passou a ser uma temática de preocupação do Estado que deveria ser promovida em todo o Brasil por volta de 2010 com a criação da Enef e no Tocantins, em 2015, com a inclusão do tema no PEE-TO. Pensando nisso, é interessante saber se os professores de Matemática foram preparados para abordar tais temas em classe durante a sua graduação ou por meio de cursos de formação continuada.

4.1 Apresentação dos dados obtidos com o questionário

A primeira questão teve como objetivo saber se os professores já tiveram contato com a Educação Financeira no decorrer da sua formação, uma vez que eles devem, segundo as novas orientações para o Ensino Médio, trabalhar a temática. Dentre os sete professores que responderam ao questionário, três responderam que sim, tiveram contato com a EF, sendo que dois deles, P6 e P7 indicaram que este contato ocorreu durante a graduação e P2 indicou que foi em cursos de formação continuada.

Em seguida, na questão 2, buscou-se compreender de que forma ocorreu esse contato com a EF, se foi opcional ou obrigatório e solicitou-se que comentassem como isto ocorreu, se por meio de uma disciplina, ou um curso de extensão, ou de outra maneira. Dentre os três que responderam que tiveram contato com a EF, dois disseram que este contato se deu de maneira opcional e P7 respondeu que havia cursado a disciplina de Matemática Comercial e Financeira, na qual foram abordados tópicos sobre juros, descontos, montante, equivalência de capitais e um pouco sobre amortização. Os demais participantes não tiveram estudos voltados para a EF no decorrer de sua formação, um deles indicou ainda que não haviam disciplinas relacionadas a Educação Financeira na grade do curso quando ele estava na licenciatura.

Na questão 3, com a intenção de verificar se os professores participantes da pesquisa compreendem o que vem a ser a Educação Financeira, solicitou-se que eles marcassem as alternativas que apresentavam definições de Educação Financeira entre as cinco alternativas apresentadas. A primeira e a terceira alternativa eram definições de Matemática Financeira (MF), a segunda e a quarta eram definições de Educação Financeira (EF) e a quinta alternativa era uma definição de Inclusão financeira, sendo uma questão de múltipla escolha em que os professores poderiam marcar mais de uma das alternativas.

Figura 1 – Definição de Educação Financeira

Fonte: Autora

Os professores P1, P2 e P3 assinalaram a segunda e quarta opção. Eles foram os únicos a indicar apenas as alternativas que continham definições para a Educação Financeira, dos quais P1 marcou ambas as definições. Já o professor P4 marcou a primeira, a segunda e a quarta alternativa, selecionando assim uma definição de Matemática Financeira e as duas definições de EF. Em seguida, P5 aponta a segunda e a terceira opção, sendo respectivamente uma definição de EF e uma de MF. Ambos os professores conseguiram identificar pelo menos uma opção correta, todavia aparentemente a definição de Educação Financeira não parece muito clara para eles, sendo possível que vejam como o mesmo conceito.

Já o participante P6 assinalou apenas a primeira opção, sendo o único dos professores a assinalar apenas uma definição de Matemática Financeira. Por fim, tem-se que P7 marcou a primeira, a segunda e a terceira opção, as duas definições da MF e uma definição de EF. Dado que P6 e P7 entraram em contato com a temática durante a sua formação, este é um resultado curioso que nos levou a especular que a Educação Financeira tenha sido trabalhada juntamente com o conteúdo de Matemática Financeira, de tal forma que a distinção entre ambos os conceitos pode não ter sido apresentada ou não tenha ficado clara para os participantes. Contudo, não é possível afirmar isto, dado que P6 não deixa isso explícito em suas respostas ou comentários.

A quinta opção, a qual apresentava a definição de Inclusão financeira, não foi marcada por nenhum dos participantes. Posto que não se obteve comentários adicionais de nenhum dos participantes sobre as respectivas escolhas, não é possível um realizar aprofundamento em suas respostas. Entretanto, fica explícito que nem todos os participantes possuem uma clara visão sobre o que é a Educação Financeira, algo que é imprescindível para se trabalhar com ela no ambiente escolar. A EF é distinta da Matemática financeira, como foi explicitado no capítulo

2, e isso precisa ficar evidente para os professores que vão trabalhar com ambas em suas aulas e projetos. Sobre isso, a Enef afirma o seguinte:

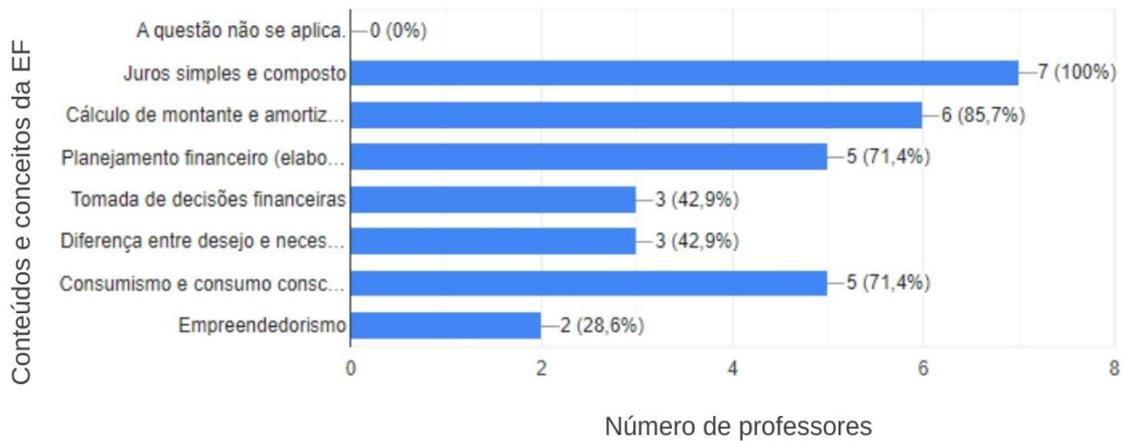
A educação financeira não se resume a um conjunto de saberes puramente matemáticos ou de instrumentos de cálculo. Está amparada em áreas complexas como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental, e por isso acessar educação financeira é provocar mudanças de comportamento, por meio da leitura de realidade, do planejamento de vida, da prevenção e da realização individual e coletiva. (BRASIL, 2020, p. 33)

Na questão 4, indagou-se aos professores se a Educação Financeira estava sendo incluída no currículo da instituição de ensino na qual os professores trabalham, seis deles responderam de forma afirmativa e apenas P2 indicou que a EF não está inserida no currículo da sua instituição. Sendo um tema transversal presente na BNCC e no PEE-TO, cabe às instituições de ensino estabelecerem como essa inclusão deve acontecer, e segundo os professores ela está sendo realizada.

Um ponto que se faz importante destacar é que solicitamos que caso a resposta da questão 4 tivesse sido afirmativa, os professores respondessem às três questões 5, 6 e 7, para compreendermos um pouco sobre a inclusão da EF nas atividades desenvolvidas na instituição. Caso a resposta tivesse sido negativa, solicitou-se que os professores respondessem às questões 8 e 9, para compreendermos um pouco sobre as dificuldades que podem estar relacionadas a essa falta de inclusão. A seguir, observa-se as respostas dos seis participantes para as questões 5, 6 e 7. O participante P2 também respondeu a estas questões e devido às respectivas respostas apresentadas, acreditamos que houve um equívoco ao marcar a questão 4, posto que ele deixa explícito que existem atividades voltadas para essa temática sendo desenvolvidas na instituição em que trabalha.

Com a questão 5, queria-se verificar se a Educação Financeira está sendo abordada apenas em aulas de Matemática nas instituições, dado que é um tema transversal e a BNCC indica que deve ser tratada preferencialmente de maneira transversal. Dentre os sete professores que responderam a esta questão, cinco indicaram que sim, a EF é trabalhada apenas em aulas de Matemática. P2 e P3 apontaram que a Educação Financeira não é exclusiva das aulas de Matemática e P2 destacou que trabalha com o tema em disciplinas da parte diversificada do currículo, como uma das disciplinas ofertadas aos alunos de todas as séries do Ensino Médio.

Na questão 6, indagou-se sobre os conteúdos e conceitos da EF que estão sendo trabalhados. Foram apresentadas algumas opções, e deixou-se ainda espaço para que os professores apontassem outros temas. Esta era uma questão de múltipla escolha, os professores poderiam assinalar todas as opções que se adequassem.

Figura 2 – Conteúdos e conceitos da Educação Financeira

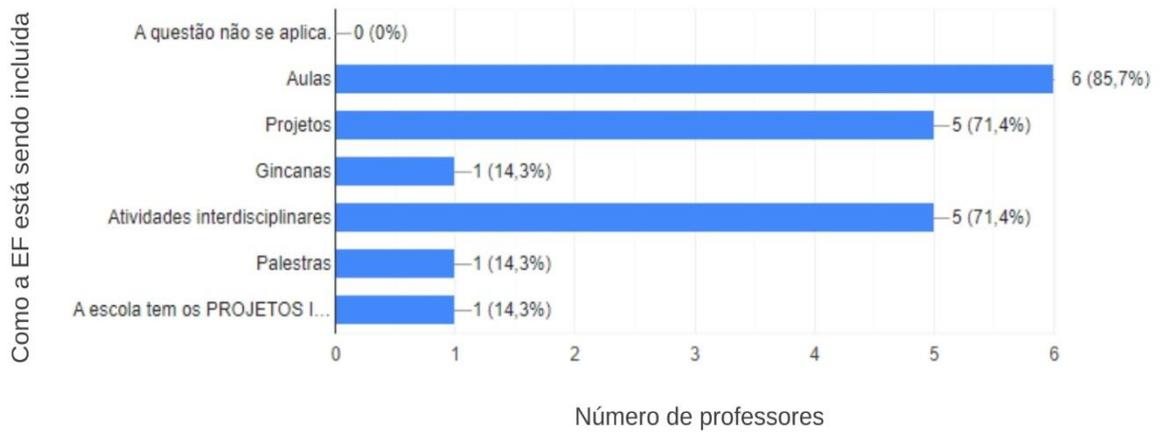
Fonte: Autora

Obteve-se que os sete professores assinalaram a alternativa que dizia respeito ao cálculo de juros, sendo este o único dos conteúdos que é comum a todos. Logo em seguida, a alternativa com relação ao cálculo de montante e amortização foi marcada por seis dos professores. Ambas as alternativas estão diretamente relacionadas à Matemática Financeira, envolvendo aspectos mais técnicos. Para que apresentem um significado e possibilitem o desenvolvimento da EF, esses temas precisam explorar contextos mais próximos à realidade dos alunos. É imprescindível a aplicação desses conceitos em seu cotidiano como um dos pontos de apoio em momentos de tomada de decisão financeiras, desde as mais simples, como o parcelamento de compras, até as mais complexas, como a aquisição de empréstimos ou aplicações.

O planejamento financeiro e o tema consumismo e consumo consciente receberam cinco indicações cada um, ficando empatados. Estes temas possuem relação com decisões do cotidiano dos alunos. Como foi visto anteriormente, é possível e preciso conferir às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro por meio da EF, sendo viável articular a questão do consumo consciente também com a Educação Ambiental.

A tomada de decisões financeiras, a diferença entre desejo e necessidade foram indicados três vezes e o tema empreendedorismo foi indicado apenas duas vezes. À vista disso, nota-se que a inclusão de tais temas está ocorrendo, ainda de forma inicial, e aqueles associados à utilização da Matemática Financeira se sobressaem.

Na sétima questão, buscou-se compreender como a inclusão da Educação Financeira está sendo feita nas escolas, quais tipos de atividades acerca desta temática estão sendo empreendidas.

Figura 3 – Inclusão da Educação Financeira nos CEM

Fonte: Autora

Seis dos professores assinalaram que a temática está sendo incluída por meio das aulas. É interessante verificar que, na questão 5, cinco professores indicaram que a Educação Financeira está sendo abordada apenas em aulas de Matemática nas respectivas instituições, e apenas 2 afirmaram que ela também é abordada fora delas. Na figura 3 é possível observar que as opções “atividades interdisciplinares” e “projetos” receberam cinco indicações.

O professor P2 indicou que a EF está sendo incluída por meio de gincanas, palestras e atividades interdisciplinares, por meio de um comentário complementou como essas atividades estão ocorrendo, no qual ele relata o seguinte: “A escola tem os PROJETOS INTEGRADORES, então o tema é discutido e socializado com as ações desenvolvidas extraclasse. Esse bimestre as turmas foram levadas até o supermercado da cidade e feito um trabalho de conscientização e prática”. Os demais participantes não deixaram comentários sobre as atividades desenvolvidas.

Em relação ao papel que a EF em ambientes escolares desempenha, Muniz (2016, p. 4) defende que ela deve “contribuir para reflexão e formação matemática dos estudantes (inclusive), a partir de diferentes lentes, estimulando que pensem em suas ações diante do consumo, poupança, financiamentos e investimento”. Acreditamos, com base nas respostas obtidas nas três questões anteriores, que os professores estão realizando essa aproximação em suas aulas, existe essa preocupação de relacionar a aprendizagem dos conteúdos matemáticos com as reflexões e aprendizagens que a EF proporciona.

É importante lembrar que apenas o participante P2 inicialmente respondeu de forma negativa a questão 4 e por isso apenas as suas respostas foram observadas nas questões 8 e 9.

Com a questão 8 pretendeu-se averiguar que empecilhos e dificuldades existem para que a inclusão da Educação financeira no currículo da instituição ainda não aconteça segundo a perspectiva dos professores. Dentre as possíveis razões, P2 indicou a necessidade de planejamento institucional e a ausência de orientações sobre como incluir a temática nas aulas.

Uma vez que a EF ainda não estivesse presente nos currículos das instituições, indagou-se na questão 9 se os professores teriam interesse em trabalhar com os temas voltados à Educação Financeira em suas aulas, ao que o professor P2 respondeu ter interesse. Dada a sua relevância para a formação cidadã e a compatibilidade com a disciplina de matemática e atividade interdisciplinares, pensamos que se os professores manifestassem interesse em trabalhar a EF, então haveria maior possibilidade de ela ser incluída nas aulas, por uma iniciativa dos próprios professores, e posteriormente nos documentos curriculares.

Com a questão 10, buscou-se saber se os professores já utilizam o Documento Curricular do Território do Tocantins - Etapa Ensino Médio (Resolução CEE/TO nº 108, de 21 de junho do ano corrente) no planejamento de suas aulas, uma vez que o documento traz uma articulação da EF com os objetos de conhecimento que pode facilitar a inserção da temática junto às aulas de Matemática. Apenas P1 indicou que já faz uso deste documento, os demais professores não fazem uso do DCT-TO, e três deles apresentaram justificativas para tal, como observa-se no Quadro 2.

Quadro 2 - Utilização do DCT no planejamento de aula

P3	Não, utilizamos a Matriz de Recomposição inserida no início do ano letivo pelo fato da Pandemia.
P6	Temos o DCT, no entanto em 2022 estamos usando a matriz do programa de recomposição.
P7	Não. Nós já temos o DCT, ele já foi homologado, no entanto, no atual ano de 2022, tendo em vista uma ação do estado do Tocantins após os estudantes só terem realizado, em sua maioria, aulas não presenciais, estamos utilizando como documento orientador da educação a Matriz dos Descritores do Programa Recomeçar.

Fonte: Autora

Após cerca de dois anos de pandemia, em 2022 as escolas estão passando por um período de volta às aulas presencialmente, enfrentando o prejuízo causado à educação, e por isso a Seduc criou o Programa de Recomposição das Aprendizagens (Recomeçar), visando adequar as habilidades dos estudantes no ano ou série em que ele está matriculado. Em decorrência disso, os professores estão utilizando as orientações deste documento para a

elaboração das aulas, como fica evidente nas respostas dos professores. Aliado a isso, outro ponto relevante destacado pelo professor P7 é o fato de o DCT ser um documento que foi homologado a pouco tempo, e mesmo que já tenha chegado ao acesso das instituições de ensino não houve tempo hábil para que os professores se familiarizem e comecem a utilizá-lo.

Na questão 11, indagou-se se na perspectiva dos professores o DCT trouxe contribuições para o desenvolvimento da Educação Financeira no Ensino Médio, porém como foi visto anteriormente os professores ainda não fazem uso deste e não é possível afirmar que todos já analisaram o mesmo. P1 e P3 responderam de forma afirmativa, P3 destaca contribuição por apresentar a abordagem de juros, os demais dos participantes indicaram não saber se o documento trouxe contribuições.

A partir das respostas obtidas nas questões 10 e 11, acreditamos que os professores ainda não tiveram a oportunidade de analisar em detalhes o DCT e o quadro que sistematiza as aprendizagens essenciais da área de Matemática, presente como um anexo, sobre o qual foi comentado na seção 3. Ficou evidente, a partir da análise feita, que este é um documento que pode ser de grande valia para a elaboração de aulas que buscam promover a Educação Financeira, uma vez que o próprio DCT apresenta sugestões para a inclusão do tema associado a objetos do conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades, em acordo com a proposta da BNCC.

Na questão 12, procurou-se verificar se os professores buscam incluir temas como a tomada de decisão, endividamento, planejamento e o empreendedorismo em suas aulas, dado que estes são alguns temas relacionados à Educação Financeira que podem ser abordados em aulas de Matemática. Todos os professores indicaram que buscam abordar tais temas, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 - A Educação Financeira incluída nos Centros de Ensino Médio

P1	Sim
P2	Sim
P3	Busco mais a questão do consumo consciente, endividamento e o planejamento.
P4	Endividamento e planejamento, para melhorar a utilização da renda familiar.
P5	Sim, procuro trabalhar o assunto empreendedorisimos, em projetos, eletivas, e etc.
P6	Sim, sempre falo para os alunos no caso de empréstimo ou no uso de cartão de crédito, pois tudo que compramos já tem juros incluído e temos que saber calcular quanto você

	vai pagar de juros, assim observando a taxa de juros, o período.
P7	De maneira bem superficial falo sobre empreendedorismo pois tenho uma série de conteúdos para serem ministrados em um curto período de tempo.

Fonte: Autora

Observou-se uma consistência nas respostas apresentadas, em relação às respostas obtidas na questão 6, onde os temas planejamento e consumo consciente são destacados por P3 e P4. Este último ainda enfatiza o papel desse conhecimento aplicado no contexto familiar do estudante, que é um dos objetivos que a Enef apresenta, a conscientização e participação dos jovens nas questões financeiras de sua família. Já o participante P6 destaca a temática de empréstimo e uso do cartão de crédito, os quais são muito comuns também no cotidiano e tem uma aproximação mais direta com a Matemática Financeira, utilizando as fórmulas associadas ao cálculo de juros. O participante P7 indica que a quantidade de conteúdos que devem ser trabalhados no semestre não permite muito aprofundamento nos temas.

As respostas a apresentada pelos professores vão ao encontro do convite à reflexão que Muniz aponta como um dos princípios da EFE, em especial o comentário deixado pelo participante P6. Segundo Muniz (2016, p. 3), “a Educação financeira escolar deve oferecer aos estudantes oportunidades de reflexão através da leitura de situações financeiras que contemplem diferentes aspectos, incluindo os de natureza matemática, para que pensem, avaliem e tomem suas próprias decisões”. A análise de situações como a utilização de cartão crédito, empréstimo e planejamento deve proporcionar aos alunos um momento de reflexão, cabendo aos professores o papel de estimular isso.

Quando questionados, na questão 13, se a instituição de ensino em que trabalham conta com parcerias externas para promover a Educação Financeira, como por exemplo com o Sebrae ou Bancos, todos os professores responderam de forma negativa, sendo que P7 expressou o seguinte: “A diretoria regional de ensino, por meio de memorandos, já elencou algumas ações que as escolas deveriam fazer sobre o tema educação/matемática financeira”.

A Enef estabelece que a responsabilidade de promover a EF é tanto da iniciativa pública quanto privada, articulações das instituições educacionais com entidades externas é uma maneira de garantir isso, seja por meio de palestras, atividades ou eventos desenvolvidos em conjunto. Além disso, pode proporcionar aos estudantes compreensão sobre a integração da temática com suas vidas fora do ambiente escolar, preparando-os para o exercício da cidadania.

Na questão 14, procurou-se saber o que os professores acreditam que deveria ser feito para que a Educação Financeira seja de fato incluída e/ou mais integrada no Ensino Médio, onde obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 4 - Ações para melhorar a inclusão da EF no Ensino Médio

P1	Projetos e parcerias
P2	Em primeiro lugar o tema deveria está na ementa do ensino médio e também ter um suporte com material diversificado para acompanhamento das aulas. Os planos de ação deveriam partir da seduc para as escolas e não o contrário, uma vez que os professores tentam inserir o tema nas aulas paralelas de matemática.
P3	Creio que por meio do aporte pedagógico, no sentido de incluir diretamente na prática docente e com formações de contexto de sala de aula. Pois nas aulas temos a oportunidade de trabalhar nas Eletivas onde tentamos inserir conteúdos significativos por meio de projetos.
P4	Implementar na grade curricular do EM.
P5	Acredito que podemos trabalhar esse assunto através de projetos, como nas Eletivas na escola de tempo integral.
P6	É fundamental tem conhecimento prévio sobre matemática financeira assim a pessoa tem um planejamento para evitar o endividamento.
P7	Deveríamos ter um material com sugestões de aulas práticas que poderiam ser realizadas deste assunto. Acredito que este material e a implementação de laboratórios de informática seria algo bem promissor para educação pois romperia com o ensino tradicional e conteudista das escolas que ensinam sobre temas financeiros.

Fonte: Autora

Os professores P1, P3 e P5 destacam a implementação de projetos para a inclusão do assunto, especialmente por meio das disciplinas eletivas. Estas devem ser ofertadas de acordo com a proposta do Novo Ensino Médio, abordando temas significativos para os estudantes. P2 e P4 assinalam que a EF precisa ser implementada na grade curricular do EM. Quanto a isso, vimos anteriormente que a temática já é apresentada nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio, a BNCC promulgada em 2018 já indicava a temática, e o DCT vigente a partir de junho de 2022 apresenta alternativas para relacioná-la aos conteúdos da grade curricular. P2 ainda destaca que a Seduc deveria indicar os planos de ação para as escolas trabalharem a temática, atribuindo à Seduc a responsabilidade de nortear os professores.

Os professores P2 e P7 assinalam a necessidade de um material de apoio que auxilie na elaboração de aulas voltadas para a Educação Financeira, além disso P6 destaca que é

importante ter conhecimento prévio sobre Matemática Financeira que segundo ele é necessário para realizar um bom planejamento para evitar o endividamento. Analisando as respostas dos professores, fica evidente a necessidade de capacitação dos professores acerca da EF, para que estes compreendam também como lidar com ela em sala de aula. Ninguém pode ensinar aquilo que não sabe, aquilo que não domina.

A presença de um material de apoio é um ponto interessante, ele pode ser um ponto de partida e de apoio para os professores, que muitas vezes não tem tempo de pesquisar e realizar um planejamento adequado. Existe hoje uma coletânea de *ebooks* intitulada “Educação Financeira nas Escolas” disponível de forma gratuita no site da Enef, estes são distribuídos por série e vão desde os anos iniciais até o ensino médio. Nessa última etapa eles são divididos em Livro do Professor, Livro do Aluno e o Caderno do Aluno. Os ebooks fazem parte do Programa Educação Financeira nas Escolas, que tem o objetivo de oferecer aos jovens estudantes a formação necessária para que possam tomar decisões financeiras conscientes e sustentáveis tanto para a vida pessoal quanto para o país. Apesar de serem conteúdos gratuitos, os professores parecem desconhecer a sua existência, o que nos leva a pensar novamente na necessidade de os professores estarem bem informados para ensinar a respeito.

Ao final do questionário, foi deixado um espaço para que os professores pudessem fazer comentários a respeito do tema, com o objetivo de proporcionar mais liberdade para que eles deixassem reflexões ou apresentassem destaques sobre pontos que consideram importantes. A adição do comentário não era obrigatória e apenas três dos professores se dispuseram a comentar. A seguir, no Quadro 5, apresentamos os comentários obtidos:

Quadro 5 - Comentários dos professores sobre a Educação Financeira

P1	Suma importância para o exercício da cidadania.
P2	A Educação financeira é uma necessidade para os educandos. É, também função da escola sistematizar esse conhecimento é aplicá-lo no cotidiano, mas para isso ocorrer, temos que mobilizar as Unidades de ensino para que todos percebam a importância do assunto fora dos muros da escola, uma vez que esse assunto vai acompanhar toda a vida dos estudantes, sejam a nível secundaristas ou universitários.
P3	A temática nos dias atuais é bem significativa pelo fato do mundo globalizado e as oportunidades de realizar compras e nesse sentido temos um alto índice de endividamento da população Brasileira. Nesse sentido se faz necessário essas reflexões junto aos alunos para poder se planejar melhor e assim dirimir as dificuldades no que diz respeito à Educação Financeira.

Fonte: Autora

O professor P1 evidencia em seu comentário o papel que a Educação Financeira desempenha na formação dos estudantes para o exercício da cidadania, assim como a própria Enef destaca “a educação financeira é disciplina relevante para garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos e deveres no mundo financeiro, possibilitando a tomada de decisões acertadas” (BRASIL, 2020, p.17).

O professor P2 indica que a Educação Financeira é importante pois tem aplicação direta na vida dos alunos e P3 evidencia sua relevância atualmente, pois prepara os estudantes para tomar decisões que têm impacto no futuro, e evidencia a necessidade de se planejar desde cedo. Nesse sentido, a Enef indica que a EF “é importante, pois desenvolve nas crianças e jovens as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo da vida” (BRASIL, 2020, p. 33). De forma concisa, por meio dos comentários deixados pelos professores, verificou-se que eles compreendem a importância de se inserir a Educação Financeira no ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado inicialmente, a questão que motivou a pesquisa realizada foi como os conceitos da Educação Financeira, apresentados nos documentos norteadores da Educação Básica, são desenvolvidos com os alunos do Ensino Médio das escolas estaduais do município de Araguaína? Acreditamos que a proposição inicial foi atendida, no sentido de que presente trabalho proporcionar uma compreensão inicial sobre a Educação Financeira, sua definição e alguns aspectos que destacam a importância da sua inserção no Educação Básica.

Foi realizada uma verificação nos documentos oficiais da educação e observou-se que a EF está presente nos documentos que regem o ensino médio. A BNCC, que é um documento normativo e referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a Educação Básica, apresenta poucas indicações de como inserir a EF de fato em sala, afirmando apenas a necessidade do seu desenvolvimento e que isso deve ser realizado preferencialmente de forma transversal. É explicitado pela Base um destaque para o tema empreendedorismo no EM e a necessidade de trabalhar a temática de maneira contextualizada.

Já no DCT-TO, que é o referencial estadual para os sistemas e instituições de ensino da Educação Básica, a temática é mais especificamente definida. Há indicações sobre como associar a Educação Financeira aos conteúdos de Matemática que devem ser trabalhados no decorrer do Ensino Médio, como foi mostrado no Quadro 1. Esse documento pode ser muito conveniente, devido ao direcionamento que oferece aos professores no momento da elaboração das aulas, não apenas em relação a EF. Apesar disso, o DCT foi publicado muito recentemente, passando a valer em junho de 2022, em virtude disso ainda não está sendo utilizado pelos professores dos CEM que responderam ao questionário. Ademais, as escolas ainda estão enfrentando os reflexos deixados pela pandemia na educação, a vista disso alguns conteúdos estão sendo priorizados ou menos abordados.

Em relação aos dados obtidos com o questionário, ficou evidente que nem todos os professores tiveram uma formação sobre a Educação Financeira. Grande parte dos professores ainda associam a Educação Financeira com a Matemática Financeira, aparentemente sem compreender a distinção e relação entre elas. Essas observações nos levaram a refletir sobre a importância de os professores conhecerem mais a fundo a temática para poderem trabalhar com ela de maneira integrada em sua prática pedagógica, na medida em que é impossível alguém ensinar aquilo que também não sabe.

A vista disso, a ausência de conhecimento amplo e preparo adequado dos professores é um fator que dificulta a inserção da temática em suas práticas em sala de aula. Não obstante,

foi observado que a inclusão da temática está acontecendo nas instituições de ensino, ainda que de maneira inicial. São trabalhados principalmente os conhecimentos da Matemática Financeira, como o conteúdo de juros, porcentagem, cálculo de montante, mas existe uma preocupação em abordar outros temas que fazem parte da Educação Financeira, como por exemplo o planejamento financeiro e consumo consciente.

Segundo os professores que participaram da pesquisa, a EF é incluída principalmente em aulas de Matemática e em disciplinas eletivas, nas quais os professores abordam de maneira mais dinâmica e contextualizada a temática, por meio de atividades e desenvolvimento de projetos, como a própria BCNN orienta. Acreditamos que os professores que participaram dessa pesquisa compreendem a relevância e necessidade de incluir a Educação Financeira no ensino. Eles sabem que esse é um aspecto significativo para a formação dos estudantes como cidadãos, como é possível verificar em suas respostas ao questionário e nos comentários deixados por eles.

Ficou explícito que os professores já compreendem a pertinência da Educação Financeira e estão se esforçando para desenvolver com seus alunos as habilidades e competências necessárias na tomada de decisões mais assertivas com relação ao uso do dinheiro. Em suma, é indispensável a qualificação dos professores para que a EF seja de fato trabalhada na Educação Básica. Sendo assim, indica-se uma necessidade de ações por parte do poder público nesta direção, sendo imperativo que o Estado proporcione formação continuada a respeito da Educação Financeira Escolar para os professores que já estão atuando em sala de aula.

Algo que ficou evidente ao final dessa pesquisa é que apesar de a Educação Financeira já ser uma temática obrigatória e prevista em documentos para ser trabalhada na Educação Básica, ela não estava prevista em disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura no período em que os participantes dessa pesquisa se formaram. Na UFT, até o ano de 2022, só estava presente a disciplina de Matemática Comercial e Financeira, a qual não satisfaz completamente as necessidades de formação de professores, visto que não era voltada para o desenvolvimento da EF, e poderia ser tratada de forma completamente isolada do ensino. Além de ser a única disciplina que se relaciona com a EF presente grade curricular, era uma disciplina optativa. Consequentemente, além de não atender completamente aos requisitos para o desenvolvimento e compreensão da EF, a disciplina de Matemática Comercial e Financeira não era obrigatória para a formação docente e muitos docentes não cursaram a mesma.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comunicado FBEF nº 1/2021, DE 20 de maio de 2021**. Divulga princípios e diretrizes para a implementação da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/comunicado-fbef-n-1/2021-de-20-de-maio-de-2021-321333672>. Acesso em: 05 set. 2022

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Plano Diretor da Enef. 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/> . Acesso em: 17 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CAMPOS, Celso Ribeiro, TEIXEIRA, James, COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica. In **Educação Matemática Pesquisa**. v.17, n. 3, 26 nov. 2015, p. 556-577. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/25671>. Acesso em: 11 mai. 2022.

FERNANDES, Daniela Teles. **Acerca da literacia financeira**. Dissertação (Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./abr. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>. Acesso em: 13 mai. 2022

MARKETING. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/marketing/>. Acesso em: 27 set. 2022.

MUNIZ JR., Ivail. Educação Financeira e a sala de aula de Matemática: conexões entre a pesquisa acadêmica e a prática docente. In: **Encontro Nacional de Educação Matemática**, 12.,2016, São Paulo. Anais...São Paulo: [s.n.], 2016 Disponível em: http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/6333_4396_ID.pdf. Acesso em 30 de mai. 2022

PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos; MUNIZ JR, Ivail ; KISTEMANN JR, Marco Aurélio. Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-28, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/236528>>. Acesso em: 23 Mar. 2022.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada**. 9.ed. - São Paulo: Elsevier, 2011

SANTOS, Vanessa Lira dos; MARTINS, Rayana Kelly Brasileiro. **Educação financeira e empreendedorismo: Um estudo realizado na cidade de Guarabira-PB**, [202-]. Disponível em: <<https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/educacao-financeira-e->

empreendedorismo-um-estudo-realizado-na-cidade-de-guarabira-pb-autor-a-santos-vanesa-lira-dos-.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

OCDE Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira, OECD/LEGAL/0461

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/IPT1%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

ORTON, Larry. Financial literacy: Lessons from international experience. Ottawa, ON, Canada: Canadian Policy Research Networks, Incorporated, 2007.

REIS, Alexandre. Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo. In: **Anais do II Congresso Internacional Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura: Protagonismo Responsável**, p. 452-458, 2016. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/185>>. Acesso em: 26 aug. 2022

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**, junho de 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-965-Mapa-da-inadimplencia-JUNHO.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amarildo Melchides da; POWELL, Arthur Belford. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015**. Plano Estadual de Educação, 2015. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/plano-estadual-de-educacao-pee/2lu5hdwcyi99>. Acesso em: 05 set. 2022.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Território do Tocantins**, Etapa Ensino Médio. Conselho Estadual de Educação. Resolução Nº 108, de 21 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-territorio-do-tocantins-dct-to-etapa-ensino-medio/4hdqnsjj0uwt>. Acesso em: 25 de set. 2022.

APÊNDICE

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

Esta pesquisa visa compreender como a Educação Financeira (EF) está sendo incluída nos Centros de Ensino Médio de Araguaína.

Os dados obtidos serão analisados em face as pesquisas teóricas já realizadas na área e de acordo com as orientações presentes em documentos oficiais sobre a implementação da Educação Financeira.

No trabalho a ser apresentado e publicado, adotaremos anonimato das respostas, ou seja, não haverá a identificação dos professores e nem das Unidades Escolares, essas serão utilizadas apenas para acompanhamento dos professores respondentes

Trabalho de Conclusão de Curso realizado sob a orientação do Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro, no ano 2022.2.

Discente: Pollyana de Souza Brilhante

*Obrigatório

1. Nome completo *

Os nomes dos participantes não serão divulgados

2. Qual a sua formação ? *

Ex.: Licenciatura em matemática, Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, Mestrado em educação Matemática, etc.

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

3. Em qual instituição e em que ano você se formou? *

Questões sobre a Educação Financeira de maneira geral

4. **Questão 1**

*

Teve contato com a Educação Financeira no decorrer da sua formação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim. No decorrer da graduação.
- Sim. Em cursos de formação continuada.
- Sim. Em cursos de especialização.
- Não tive contato.

5. **Questão 2**

*

Se a resposta anterior for SIM, de que maneira ocorreu esse contato com a Educação Financeira durante a sua formação ?

Selecione também a opção "Outros" e comente como ocorreu, em que contexto foi trabalhada a Educação Financeira (ex.: Em uma disciplina, em um curso de extensão, etc.)

Marque todas que se aplicam.

- A questão não se aplica
- De maneira obrigatória
- De maneira opcional
- Outro: _____

6. Questão 3

*

Como a Educação Financeira pode ser definida?

Marque a(s) alternativa(s) que achar adequada(s) e comente um pouco sobre a(s) escolha(s)

Marque todas que se aplicam.

[...] trata, em essência, do estudo do valor do dinheiro ao longo do tempo. O seu objetivo básico é o de efetuar análises e comparações dos vários fluxos de entrada e saída de dinheiro de caixa verificados em diferentes momentos. (ASSAF NETO, 2012, p. 1)

[...] não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. (TEIXEIRA, 2015, p. 13)

[...] é um corpo de conhecimento que estuda a mudança de valor do dinheiro com o decurso de tempo; para isso, cria modelos que permitem avaliar e comparar o valor do dinheiro em diversos pontos do tempo. (PUCCINI, 2011, p. 13)

[...] é o processo pelo qual os indivíduos melhoram os seus conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros através de programas de formação, instrução, ou outras ferramentas introduzidas com o objetivo de desenvolver capacidades e aumentar a confiança a respeito da sua situação financeira individual. (FERNANDES, 2011, p. 8)

[...] É um estado em que todos os adultos têm acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros providos por instituições formais: crédito, poupança (entendida em termos amplos, incluindo contas transacionais), pagamentos, seguros, previdência e investimentos. (Banco Central do Brasil)

Outro: _____

Sobre a Educação Financeira e o currículo da instituição de ensino na qual você trabalha

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

7. **Questão 4**

*

A Educação financeira está sendo incluída no currículo da instituição de ensino na qual você trabalha?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não estou ciente

Responda de acordo com a Questão 4.

Caso a resposta da **Questão 4** tenha sido SIM, responda às três questões a seguir (Questões 5, 6 e 7).

Se a resposta da questão foi NÃO ou NÃO ESTOU CIENTE, apenas selecione a opção "A QUESTÃO NÃO SE APLICA" nas três questões 5, 6 e 7.

8. **Questão 5**

*

A Educação Financeira está sendo abordada apenas em aulas de matemática?

Marcar apenas uma oval.

- A questão não se aplica.
- Sim
- Não
- Não estou ciente

9. **Questão 6**

*

Quais conteúdos e conceitos da Educação Financeira estão sendo trabalhados?

Marque todas as opções que se enquadram

Marque todas que se aplicam.

- A questão não se aplica.
- Juros simples e composto
- Cálculo de montante e amortização
- Planejamento financeiro (elaboração de orçamento)
- Tomada de decisões financeiras
- Diferença entre desejo e necessidade
- Consumismo e consumo consciente
- Empreendedorismo
- Outro: _____

10. **Questão 7**

*

Como a inclusão da Educação Financeira está sendo feita?

Marque todas as opções que se enquadram e comente

Marque todas que se aplicam.

- A questão não se aplica.
- Aulas
- Projetos
- Gincanas
- Atividades interdisciplinares
- Palestras
- Outro: _____

Responda de acordo com a Questão 4.

Caso a resposta da **Questão 4** tenha sido NÃO ou NÃO ESTOU CIENTE, responda às duas questões a seguir (Questões 8 e 9).

Se a resposta da Questão 4 foi SIM, apenas selecione a opção "A QUESTÃO NÃO SE APLICA" nas questões 8 e 9.

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

11. **Questão 8**

*

Que empecilhos/dificuldades você acredita/observa que existam para que a inclusão da Educação financeira no currículo da instituição ainda não aconteça?

Marque todas as opções que se enquadram

Marque todas que se aplicam.

- A questão não se aplica
- Necessidade de planejamento institucional.
- Ausência de orientações sobre como incluir a temática nas aulas.
- Falta de materiais de apoio disponíveis (manuais/apostilas sobre o tema).
- Falta de tempo para trabalhar a temática, tendo em vista a obrigatoriedade de cumprir o currículo.
- Outro: _____

12. **Questão 9**

*

Você tem interesse em trabalhar com os temas da Educação Financeira em suas aulas?

Selecione também a opção "Outros" e fale um pouco sobre sua escolha

Marque todas que se aplicam.

- A questão não se aplica
- Tenho interesse
- Não tenho interesse
- Outro: _____

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

13. **Questão 10**

*

Você já utiliza o *Documento Curricular do Território do Tocantins - Etapa Ensino Médio* (Resolução CEE/TO nº 108, de 21 de junho do ano corrente), no planejamento de suas aulas?

Selecione também a opção "Outros" e fale um pouco sobre sua escolha

Marque todas que se aplicam.

Sim

Não

Outro: _____

14. **Questão 11**

*

O referido documento trouxe contribuições para o desenvolvimento da Educação Financeira no Ensino Médio?

Selecione também a opção "Outros" e comente um pouco sobre sua escolha

Marque todas que se aplicam.

Sim

Não

Não estou ciente

Outro: _____

15. **Questão 12**

*

Em suas aulas você busca incluir temas como a tomada de decisão, endividamento, planejamento e o empreendedorismo?

Comente um pouco.

06/12/2022 16:07

Questionário - A Educação Financeira no Ensino Médio

16. **Questão 13**

*

A instituição de ensino em que você trabalha conta com parcerias externas para promover a Educação Financeira? Se sim, que atividades são desenvolvidas?

Considere instituições como por exemplo o Sebrae, bancos e entre outros.

17. **Questão 14**

*

O que você acredita que deveria ser feito para que a Educação Financeira seja de fato incluída e/ou mais integrada no Ensino Médio?

Comente um pouco.

18. **Comentário adicional, sinta-se a vontade para falar um pouco mais sobre o tema.**

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.